

# **História e memória educacional: Gênese e consolidação do ensino escolar no triângulo mineiro**

*Décio Gatti Júnior  
Geraldo Inácio Filho  
José Carlos Souza Araújo  
Wenceslau Gonçalves Neto<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

Trata-se da comunicação dos primeiros resultados de investigação realizada no interior do campo da História da Educação, na região do Triângulo Mineiro. Efetua uma aproximação acerca da singularidade do processo de gênese, consolidação e expansão do ensino escolar nesta região, no período de 1880 a 1960, através de um duplo movimento: de um lado, a utilização dos dados estatísticos sobre a época da criação de escolas e, de outro, a análise da especificidade própria das mais antigas instituições de ensino da região. Ressalta a centralidade que tiveram o ensino confessional e particular no processo inicial de instalação de escolas nesta região, especialmente nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia, bem como, o caráter tardio da instalação de escolas públicas.

**Palavras-Chave:** História da Educação - Triângulo Mineiro - Expansão Escolar

## **Abstract:**

This text deals with the first data researched into the field of History of Education in the area of the Triângulo Mineiro. It focuses upon the singularity of the process of the rise, consolidation and the expansion of the school system in this region in the span of time which covers from 1860 to 1960 through a double movement: on one hand, the use of statistical data concerning the time of the beginning of the schools; on another hand, the analysis of the specificity itself of the old institutions in the teaching of the region. In addition, it highlights the meaning which had the confessional and private teaching in the initial process of the rise of the schools in the region, especially in the cities Araguari, Uberaba and Uberlândia, as well as in the delayed starting of the public schools.

**Key Words:** History of Education - Triângulo Mineiro region - School System Expansion

---

<sup>1</sup>Professores, respectivamente, dos Departamentos de Fundamentos da Educação (os dois primeiros), de Filosofia e de História da Universidade Federal de Uberlândia, os quais atuam na área da História da Educação. Para contato com os autores, remeta sua correspondência para o seguinte endereço: Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em Educação Brasileira. Campus Santa Mônica. Bloco G - 38400-902 - Uberlândia, MG.

O começo é sempre o mais difícil, e nossa experiência de pesquisa não poderia ser diferente. Passados cerca de três anos de intenso trabalho de levantamento de fontes, e alguns meses de nossa opção pela construção da História dos principais e mais antigos colégios da região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, é chegado o momento de promover uma reflexão teórica no campo específico da História da Educação, particularmente numa modalidade historiográfica que vem sendo chamada de História das Instituições Educacionais, ancorada, de um lado, no exame atento dos movimentos de renovação no âmbito da própria área de conhecimento em questão e, por outro lado, nos primeiros resultados alcançados pela investigação em curso.<sup>2</sup>

Além desta reflexão teórica acreditamos ser este também um bom momento para compartilhar com outros pesquisadores das dificuldades por nós enfrentadas durante o processo de desenvolvimento de nossa investigação, bem como dos primeiros resultados alcançados, tanto por nosso esforço classificatório e catalográfico das fontes primárias e secundárias de interesse para a História da Educação, quanto por nossos avanços no sentido de conceber uma interpretação dos processos singulares vivenciados pelas principais escolas da região em questão.

#### Inovando a Investigação Histórico-Educacional

O campo da pesquisa histórica passou, nas últimas décadas, por um intenso processo de renovação teórico-metodológica. Impulsionado pelo esforço de superação de uma historiografia que, numa de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social, em detrimento de outras esferas da produção do social.

A historiografia francesa do início do século, especialmente aquela oriunda da história-problema dos *Annales*, desdobrou-se, no decorrer do século, em diversas correntes e tendências historiográficas, muito heterogêneas, mas com um elemento que a nosso ver caracteriza uma posição teórica que contempla a idéia de que o social não se pode compreender de modo simplificador; pelo contrário, a realidade produzida

---

<sup>2</sup>O projeto de investigação possuía o objetivo de promover o levantamento e a catalogação das fontes primárias e secundárias de interesse para a História da Educação na região do Triângulo Mineiro, vinculando-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", sediado na UNICAMP. Como este, desenvolvem-se projetos similares em cerca de dezoito regiões brasileiras. Dentre os objetivos comuns a todos está o da elaboração de catálogos de fontes histórico-educacionais.

pelo homem é complexa tanto na sua própria efetivação, quanto na sua forma de interpretação.

Nesse sentido, podemos perceber um esforço de rompimento dos diversos historiadores acadêmicos franceses com uma análise sócio-histórica eminentemente política, com a inclusão de uma série de novas temáticas historiográficas. Dentre elas podemos citar: o avanço de pesquisas sobre mentalidades, sobre processos educacionais particulares, sobre a cultura material, entre outros.

Sendo assim, os franceses somaram ao seu já tradicional cuidado com a conservação e organização de conjuntos de fontes documentais, manuscritas e impressas, um esforço de coleta, classificação e disponibilização pública de novos e grandiosos arsenais de fontes históricas, tomadas agora num sentido bem mais amplo do que daquele preconizado pela História Tradicional.

Os historiadores ingleses, especialmente a geração dos militantes de esquerda dos anos cinquenta<sup>3</sup>, rompem tanto com essa historiografia tradicional e, segundo eles, conservadora, quanto com a historiografia simplificadora veiculada pelo que chamavam de "marxismo vulgar"<sup>4</sup>. Inauguraram sob muitos aspectos uma historiografia crítica e mais abrangente, pois em suas preocupações somaram às tradicionais questões econômicas, questões culturais. Perceberam que o ser social e sua vivência precisam ser compreendidos em sua complexidade, e criticaram análises que preconizavam um recorte compreensivo marcadamente macro-social; ou seja, atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais.

## **Historiar as Instituições Educativas Brasileiras**

Nesse movimento de rompimento com velhas tradições e de construção de novas modalidades interpretativas, insere-se um processo de renovação específica no campo da História da Educação, que iniciou-se em solo europeu e atingiu pesquisadores, especialmente historiadores e educadores por todo o mundo.

Dentre as diversas inovações, podemos destacar a valorização das pesquisas que almejam dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas. Parece-

<sup>3</sup>Dentre estes podemos destacar Raymond Williams, E. P. Thompson, Eric J. Hobsbawm e George Rudè.

<sup>4</sup>Ver caracterização do marxismo vulgar em Eric J. HOBBSBAWN. *A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia*, p. 246.

nos que a ênfase dada às análises mais sistêmicas cede lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Justino Magalhães defende que

“A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas”<sup>5</sup>.

Mais adiante afirma:

“Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico”<sup>6</sup>.

De fato, o que convencionamos chamar de História das Instituições Educacionais, tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o ocidente. No Brasil, ainda que com diversas dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras<sup>7</sup>.

De modo geral, tanto as interpretações construídas por pesquisadores estrangeiros, quanto por brasileiros, têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam as preocupações com a criação e o desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas, a arquitetura do

<sup>5</sup>Justino MAGALHÃES, *Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo*, p. 1.

<sup>6</sup>*Idem*, p.2.

<sup>7</sup>Dentre os principais autores brasileiros podemos destacar: Ester BUFFA e Paolo NOSELLA. *Scholla Mater: A Antiga Escola Normal - São Carlos, 1911-1933 e Industrialização e Educação: A Escola Profissional de São Carlos, 1932 - 1971*. E numa perspectiva um pouco diferente, podemos citar também o texto de Gilberto Luiz ALVES. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda - 1800-1836*.

prélio escolar, os docentes, os discentes e o saber veiculado nestas instituições de ensino. Busca-se, desta forma, a apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.

## **Mudanças de Enfoque na Pesquisa Histórico-Educacional Brasileira**

No campo específico da pesquisa histórico-educacional, é por todos sabido que, nas últimas seis ou sete décadas, a influência paradigmática mais forte veio do texto "A Cultura Brasileira", escrito em 1943, por Fernando de Azevedo<sup>8</sup>. As especificidades desta obra não serão objeto de nossa análise, porém seu impacto sobre o restante da escrita sobre a educação brasileira pode ser visto na maior parte das obras utilizadas nos bancos universitários ainda nos dias de hoje.

Recentemente percebemos benefícios para a abordagem histórico-educacional advindas de um duplo movimento. De um lado, do afluxo de pesquisadores qualificados (entre os quais estão muitos historiadores) para as diversas regiões brasileiras. Pesquisadores estes que não estavam interessados em desenvolver pesquisas ancoradas nos grandes centros mas, sim, estudos voltados para a temática regional; por outro lado, estes mesmos pesquisadores estavam sob o impacto das novas tendências da pesquisa histórica, nas quais, como já salientamos anteriormente, as especificidades e singularidades regionais, ou mesmo locais, passaram a ser tomadas como importantes objetos de estudo; e mais, eram pesquisadores que promoviam suas investigações sobre o passado apropriando-se de um corte eminentemente histórico, abandonando, deste modo, as imposições advindas primeiro do campo filosófico, em que prevalecia a concepção de que o pensamento educacional se sobrepunha à própria realidade da educação e, depois, do campo sociológico, em que prevalecia o enquadramento, um tanto forçado, dos processos educacionais em grandes teorias determinadas aprioristicamente.

Nesta nova forma de trabalhar com a produção do conhecimento histórico, valorizam-se não só os aportes teóricos utilizados na investigação, mas também o contato com as evidências de investigação, os chamados

---

<sup>8</sup> Fernando de AZEVEDO. *A Cultura Brasileira*.

vestígios do passado, que não se limitam aos documentos escritos, mas abrem-se também às fontes iconográficas, às fontes orais, entre outras; ou seja, o processo de construção de uma interpretação do passado se faz no diálogo necessário entre nossas idéias e concepções e os indícios que conseguimos agrupar para daí elaborar nossas interpretações.

Deste modo, poderá surgir uma nova História da Educação Brasileira, capaz de levar em conta às especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, ancorada num conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosos, elaborados paulatinamente nas diversas regiões brasileiras.

### **Expansão do Ensino Escolar e República Brasileira: Minas Gerais**

Em busca da construção de uma interpretação historiográfica da educação escolar na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, que cobrisse o período de 1880 a 1960, enseja-se aqui, primeiramente, historiar um pouco a idéia de educação nacional e, em segundo lugar, situar como se deu a organização escolar naquele Estado, pela via legislativa estadual, como subsídio à contextualização do que sucedera na região do Triângulo Mineiro.

Nessa direção, temos trabalhado com a hipótese de que a idéia republicana brasileira, gestada a partir das últimas décadas do século XIX, veio contribuir sobejamente para dar novos rumos à educação nacional, conduzindo-a a um significativo surto de reformas, sobretudo na década de 20 do século XX.

Dito de outra forma, a República, no período de sua gestação, se viu pregadora de urgentes reformas no campo político; e, quando lhe adveio o poder de governar, se viu sem o necessário aparato institucional e mesmo sem diretrizes para dirigir a educação nacional; daí porque toda a discussão e a prática político-educacional da primeira metade do século XX esteja centrada na idéia de uma educação nacional, e de sua conseqüente organização, as quais, segundo esse horizonte, realmente cimentariam os laços nacionais.

Assim sendo, conforme indicações de Lourenço Filho<sup>9</sup>, a expressão “educação nacional” só aparece, pela primeira vez, com um sentido político em 1878, conforme uma publicação da época<sup>10</sup>. Uma fala significativa, a

<sup>9</sup> Lourenço Filho. A Educação, problema nacional, p. 371.

<sup>10</sup> Talvez seja a obra Joaquim Ignácio Silveira da MOTTA. Conferências sobre instrução pública e educação nacional.

propósito, está na reflexão de José Veríssimo, em 1890, quando, em defesa da federação brasileira e imbuído do espírito republicano, faz a defesa da educação nacional:

É este apreensivo estado do espírito público antepondo o sentimento provincial ao sentimento nacional, e gerando, em alguns Estados, ao menos, um claro espírito separatista, que é preciso debelar, se queremos realmente conservar intacta a gloriosa herança de nossos pais, a unidade da Pátria - condição indispensável para a realização dos seus destinos. Para a realização deste destino - e deve ser esta a nossa cara, ardente e constante preocupação e esperança, como para despertar o sentimento da Pátria, do mesmo passo combater o espírito separatista e, acima do princípio federativo, pôr a unidade moral da Nação - impõe-se-nos como o mais urgente dever a criação da educação nacional<sup>11</sup>.

Na mesma direção vai a reflexão de Sylvio Romero, também em 1890, em defesa do ensino público:

“A questão do ensino público entre nós só terá um sentido racional, quando for presa à questão geral de nossa organização política e ainda mais às nossas condições sociais, e for um desdobramento normal de nossas aptidões étnicas e históricas. Fora desse plano tudo quanto se disser será, talvez muito bonito no papel, mas sem o mínimo valor no terreno maninho da aplicação e da prática”<sup>12</sup>.

E mais adiante:

“Mas numa República federativa, onde à União cabe a função suprema de manter a coesão nacional, será de bom aviso tirar-lhe toda e qualquer ingerência no ensino público?”<sup>13</sup>

Em defesa do ensino primário, como elemento educador ao nível da cidadania, Sílvio Romero afirma:

“E o ensino primário? Aqui a coisa muda muito de figura. A União deveria resolutamente, radicalmente ocupar-se dele por toda a vastidão do país. As razões são as seguintes: O ensino primário é a paga inadiável que o Estado deve a todo cidadão brasileiro, como cidadão, desde que o priva de votar quando é analfabeto... O ensino primário é a arma que toda sociedade moderna é forçada a dar, como ponto de partida, na luta tremenda da organização econômica da

<sup>11</sup> José VERÍSSIMO. A educação nacional, p. 49; cf. ainda as p. 50, 52, e 53 da mesma obra.

<sup>12</sup> Sylvio ROMERO. Ensaios de Sociologia e Literatura, cap. IV - Notas sobre o ensino público, p. 128.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 129.

atualidade, onde o trabalho é cheio de terríveis exigências impostas pelo capital. É, nas sociedades democráticas onde o governo não existe por favor de Deus ou dos grandes, mas por necessidade do próprio povo, a condição mais elementar do exercício do mesmo governo. Não envolve questões transcendentais de doutrina, que corram o perigo de chocar as crenças de quem quer que seja, à vista de sua própria elementaridade, e por isso pode e deve ser uma função pública geral. Não importa num luxo, não passando, ao invés, da mais urgente necessidade. Não é técnico e especializador a ponto de requerer diferenciações; é igual e o mesmo para todos”<sup>14</sup>.

Apesar desse tipo de reclamo, a constituição de 1891 é desinteressada com relação ao problema da educação: apenas afirma, no artigo 72, a laicidade do ensino nos estabelecimentos públicos; e no artigo 35, que incumbe ao Congresso, não privativamente, animar o desenvolvimento das letras, a criar instituições de ensino superior e secundário nos estados, e a prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Outrossim, o regime republicano propicia a iniciativa da organização escolar a nível estadual, o que porém se deu de maneira irregular devido às diferenças econômicas dos Estados. São várias as reformas estaduais que tomam a peito a questão da educação pública no decorrer da década de 20. No entanto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, afirma:

... se depois de 43 anos de regimen republicano, se dér um balanço ao estado actual da educação publica, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas economicas e educacionaes, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda crear um systema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do paiz<sup>15</sup>.

Por sua vez, a constituição de 1934, enquanto expressão de novos anseios no campo da educação, afirma em seu artigo 5º, XIV, que compete privativamente à União traçar as diretrizes da educação nacional. Observe-se que novamente aqui a expressão em análise é retomada. O artigo 149 é particularmente expressivo a propósito: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e

<sup>14</sup>Ibidem, p. 131-132.

<sup>15</sup>O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, p. 407.

desenvolva num espírito brasileiro a consciência de solidariedade humana”<sup>16</sup>. A constituição de 1937 mantém o seu poder de legislar sobre as diretrizes da educação nacional, conforme art. 16, XXIV. O mesmo acontecerá com a constituição de 1946, em artigo 5º, XV, d: competirá à União legislar sobre diretrizes e bases de educação nacional.

Esta também é a preocupação do educador, Lourenço Filho, em 1944, agora expressa em termos de preocupação com a nacionalidade, configurando a educação nacional como empreendimento de integração e equilíbrio dos grupos sociais:

“Nessas bases é que convém propor o problema da educação nacional. Função espontânea de transmissão e reconstrução de técnicas, valores, ideais e aspirações, dentro de cada grupo social, a educação adquire, no plano da Nação, a feição de um empreendimento de integração e equilíbrio desses grupos, para cuja compreensão nenhum aspecto da existência coletiva pode ser desprezado. Conseqüentemente, a sua proposição não pode ser simples, nem as soluções, que sugira, condensadas em receitas de fácil aviamento. O problema não se resume numa questão estritamente escolar ou pedagógica. Estende-se pelo domínio de muitas técnicas, postas ao serviço de prudente ação política, que as harmonize para os fins superiores que tenham em vista”<sup>17</sup>.

Ao par dessa idéia de educação nacional, formulada em contexto europeu a partir dos inícios do século XIX, mas perseguida em contexto brasileiro desde os fins do mesmo século, temos como um quadro exemplar desse mesmo processo, o Estado de Minas Gerais, espaço geográfico-político a que se circunscreve a pesquisa em pauta. Exemplo disso são as atas da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em fins do século XIX, pontuando tematicamente a democracia, a formação da civilidade, a modernização da educação, a formação do cidadão, a defesa da educação pública e obrigatória, a necessidade da moralização pública (civismo) do educando, e o conseqüente papel que cabe à educação sob o patrocínio do Estado<sup>18</sup>.

Aliada a esse parâmetro geral da educação republicana e mineira, a favor de nossa hipótese contribui também a detalhada História da Educação mineira nos tempos do Império e da I República de Paulo Krüger Corrêa

<sup>16</sup> Adriano CAMPANHOLE & Hilton Lobo CAMPANHOLE. Constituições do Brasil, p. 545.

<sup>17</sup> LOURENÇO FILHO. A Educação, problema nacional, p. 369.

<sup>18</sup> Essa temática em torno das atas da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais está sendo pesquisada pela Profa. Vera Lúcia Abrãao Borges, do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Mourão<sup>19</sup>. Dela se depreende, para o primeiro período republicano, um efetivo e concreto processo de institucionalização da educação mineira. Desta feita, assistimos logo na inauguração do regime republicano a inúmeros decretos, no Estado de Minas Gerais, que visavam a reforma do ensino primário e normal.

Desse processo fazem parte a nomeada Reforma Afonso Pena de 03/08/1892: criava um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino, estabelecia a inspetoria ambulante para fiscalizar as escolas do interior, criava os conselhos escolares municipais, o que permitia maior descentralização do ensino; foram previstos também os conselhos distritais, bem como os delegados dos inspetores municipais, agindo nos povoados; classificava ainda as escolas conforme o meio em que funcionavam; assim haviam escolas rurais, distritais e urbanas; acompanhavam esta reforma inúmeros decretos e leis em 1893 e 1894: dentre outros, destaca-se a lei nº 77 de 19/12/1893 que regulamentava sobre a divisão do Estado de Minas Gerais em dez *circunscrições escolares* (atuais superintendências de ensino); outra importante lei é a de nº 221 de 14/09/1897, que retomava aspectos vários da Reforma Afonso Pena, bem como uma nova divisão do Estado de Minas Gerais agora em sete circunscrições.

Uma outra importante reforma da instrução primária e normal no Estado de Minas Gerais, é a que se deu através da lei nº 281 de 16/09/1899: esta abolia as escolas rurais previstas na legislação de 1892, estipulava o número de escolas nas cidades: não haveria menos de duas e mais de oito; nos distritos, o número máximo seria de duas escolas; fazia referência às escolas mistas; legislava sobre a figura do professor efetivo, o qual só poderia ser removido através de pedido seu e somente seria demitido depois de instauração de processo; era também proibido por esta reforma o comércio ou outras profissões incompatíveis com o magistério.

O decreto nº 1348 de 08/01/1900, que regulamentava a lei de 1899, “longe de restringir o ensino a privilégio do Estado a lei e a sua regulamentação asseguravam a liberdade do ensino primário pelos particulares e associações. Reconhecia-se assim a ação das instituições católicas na educação da infância mineira, já sobejamente demonstrada desde os tempo do Império”<sup>20</sup>. O seu artigo 9º previa que as crianças que

<sup>19</sup> Na verdade, tratam-se de duas obras: uma sobre *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*; a outra sobre *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. No tocante à última, trata-se de uma detalhada história da legislação educacional em Minas Gerais, referente ao período da República Velha, complementada por informações histórico-educacionais de inúmeras instituições escolares.

<sup>20</sup> Mourão, Paulo K. C.. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*, p. 59.

tivessem aprendizagem em família estariam isentas da obrigação de matrícula. Classificava as escolas em urbanas e distritais, sendo que o currículo seria idêntico para as mesmas, o que não ocorria com a reforma de 1892.

Ainda regulamentando de lei de 16/09/1899, é emitido o decreto nº 1353 de 17/01/1900, o qual determinava o número de escolas primárias em todo o Estado em 1410, sendo 610 para o sexo masculino, 594 para o feminino e 206 mistas, com crianças limitadas à idade de 10 anos. Porém, a 15/03/1900, o número de cadeiras foi ampliado. O decreto de 29/01/1900 retomava a organização das chamadas circunscrições escolares, dividindo agora o Estado de Minas em cinco regiões.

Pela lei nº 439 de 28/09/1906, conhecida como Reforma João Pinheiro, instituíam-se, entre outras providências, os grupos escolares:

“até então, os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manter em atividade todos os alunos sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões<sup>21</sup>.

“Admira como, durante tantos anos, tenham sido mantidas escolas isoladas em cidades onde as havia em número suficiente para se reunirem em grupos. O raciocínio parecia simples: em lugar de quatro escolas isoladas, cada uma com quatro classes, poder-se-ia reunir estas escolas em uma só, de modo que cada professor apenas lecionasse em uma classe ou ano escolar”.<sup>22</sup>

Além de tais providências, devem ser destacadas as instruções metodológicas que acompanharam o decreto 1947 de 30/09/1906, bem como os programas oficiais para o ensino primário. A obra de Paulo Krüger Corrêa Mourão é particularmente detalhada no estudo das regulamentações da lei 434 de 28/09/1906, que vieram após: decreto nº 1960 de 16/12/1906 que regulava sobre os ensinos primário e normal; decreto nº 1969 de 03/01/1907, que aprovava o regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado de Minas Gerais, que rege sobre prédio escolar, pessoal, trabalhos escolares, matrícula, livros de escrituração, exames e promoções, biblioteca e museu escolar, caixa escolar, etc; decreto nº 1982 de 18/02/1907

<sup>21</sup>Ibidem, p. 93.

<sup>22</sup>Ibidem, p. 94.

que trazia regulamentações sobre o regime interno da escola normal da capital do Estado de Minas Gerais.

Há ainda, no decorrer do primeiro período republicano, a se destacar a Reforma Wenceslau Brás em 31/05/1910 sobre a reorganização das escolas normais. Em seguida, o Decreto 3191 de 09/06/1911 sob a Presidência de Bueno Brandão: tratava este de regulamentar as competências do Presidente do Estado e da Secretaria do Interior no tocante à administração e fiscalização do ensino público, bem como a inspeção do ensino particular.

Há inúmeros outros regulamentos, decretos e leis sobre o ensino, tais como: a reforma do ensino normal pelo decreto nº 3738 de 05/11/1912; dispositivos legais inúmeros destinados a implantar o aparato institucional escolar no Estado de Minas Gerais ou a homogeneizar estruturadamente a educação escolar em Minas Gerais; disso fazem parte diversos atos legais em 1913 e 1914, destinados à reforma do ensino primário, secundário e normal do Estado de Minas Gerais; pela lei nº 657 de 11/09/1915, adaptava-se a Reforma Carlos Maximiliano de 18/03/1915, de âmbito federal; o importante decreto de nº 4524 de 21/02/1916 destinava-se a unificar o ensino nas escolas normais *modelo, regionais e equiparadas* do Estado de Minas Gerais; diversos atos sobre o ensino primário e normal em 1916, 1917 e 1918 e também em anos subsequentes; há que se destacar finalmente as reformas do ensino primário e normal elaboradas por Francisco Campos em 1927 e 1928, tão bem estudadas por Anamaria Casasanta Peixoto<sup>23</sup>.

Ora, esse aparato legislativo que permeia a República Velha em Minas Gerais, destinava-se a propiciar uma institucionalização efetiva e concreta à sua educação na direção de uma homogeneização do processo educativo escolar em seus âmbitos pedagógico, escolar e administrativo. Tratava-se, nesses primeiros tempos de republicanismo mineiro, de realizar politicamente os ideais de uma educação que enlaçasse a nação brasileira.

É nesse patamar histórico e ideológico que se assentam os resultados preliminares das pesquisas sobre as instituições escolares urbanas nas cidades de Uberlândia, Uberaba e Araguari, situadas na região do Triângulo Mineiro. É no primeiro período republicano que se vêem nascer as primeiras escolas urbanas - públicas e particulares, confessionais ou não.

É muito importante não se perder de vista que a expansão do ensino particular confessional, de veio católico, também tem repercussões nessa região por nós particularmente estudada. Isto se deve à Restauração

---

<sup>23</sup> Anamaria Casasanta PEIXOTO. Educação no Brasil, anos vinte.

Católica<sup>24</sup>, movimento de larga envergadura em todo o Brasil, e que teve lugar no período da República Velha. Trata-se, na verdade, de uma verdadeira institucionalização da Igreja Católica entre nós, após a separação instaurada pelo regime republicano em janeiro de 1890. Para o que nos interessa, é marcante a atuação da Igreja em resgatar a catolicidade brasileira, através da imigração de congregações estrangeiras e da conseqüente instalação de suas escolas.

### **As Instituições Educacionais na Região do Triângulo Mineiro**

A opção pela construção de interpretações sobre os processos singulares vivenciados por alguns destes colégios partiu da constatação de um vazio historiográfico neste campo, bem como da verificação de uma enorme demanda social pela redescoberta deste passado. Nosso trabalho, desde então, tem se pautado pela tentativa de apreender, no difícil diálogo estabelecido entre nossos princípios teóricos e as evidências empíricas de que dispomos, os processos de conservação e mudança pelos quais passaram estas instituições (algumas centenárias) de ensino.

Sendo assim, constatamos a necessidade de conferir novos objetivos à nossa pesquisa, que pretendia inicialmente ser apenas um levantamento de fontes, e que acabou por nos lançar na tarefa de construção de interpretações sobre a evolução dos principais e mais antigos colégios da região do Triângulo Mineiro.

Neste sentido, procuramos promover um mapeamento da expansão do ensino nesta região, buscando identificar o rumo, as características, o período, enfim o movimento geral das escolas, à medida que vão sendo fundadas. Aparentemente simples, este trabalho acaba por se tornar a montagem de um grande e complicado quebra-cabeças: certas peças sumiram, algumas não se encaixam, outras tomaram nova forma, etc. O certo é que a recuperação destes dados, relativos à data de fundação, cidade, entidade mantenedora (pública: municipal, estadual, federal; ou privada: confessional ou não), alterações quanto ao nível de ensino, nome, endereço, etc, torna-se uma verdadeira ação investigatória, havendo a necessidade de se buscar informações nos mais diferentes locais para se ter, ao menos, uma visão razoável do processo.

---

<sup>24</sup> Trata-se de um movimento de reeuropeização do catolicismo com características claramente centralizadoras e sob a autoridade papal. Ele se realiza a partir do século XIX, porém sua repercussão no Brasil começa a se fazer sentir no período republicano, quando aqui a Igreja Católica se viu separada do Estado. Na verdade, tal separação foi um triunfo para que a romanização aqui também se firmasse. A propósito desse tema, há uma obra recente de Alípio CASALI, *Elite Intelectual e Resuturação da Igreja*.

No nosso caso, partimos da consulta aos arquivos das Superintendências Regionais de Ensino das cidades de Uberaba (39ª SRE) e Uberlândia (40ª SRE), onde deveriam estar os registros de todas as escolas fundadas na região ou, pelo menos, daquelas que se encontram ainda em atividade. A fonte é rica, porém bastante incompleta. Os dados das escolas extintas muitas vezes se “extinguem” juntamente com a instituição: é preciso seguir-se uma série de pistas até encontrar o lugar onde estão armazenadas as informações. Quanto às escolas em funcionamento, muitas fichas trazem apenas o nome da escola, não constando data de fundação, decretos, portarias, nem, às vezes, o endereço. Outras, que conhecemos e pesquisamos, não fazem parte do arquivo de controle das SREs. Para a apreensão satisfatória deste movimento escolar, precisaríamos de dados confiáveis referentes não apenas às datas, endereços, etc, mas, também, relativos aos processos de criação, reformulação, portarias, decretos, etc, que normalmente não estão presentes. Outro problema refere-se à transformação de escolas particulares em escolas públicas, processo bastante conhecido, mas que nas fichas faz com que as escolas passem a aparecer apenas como “públicas”, sem esclarecer que eram privadas em sua origem. Deve ser ressaltado, porém, que boa parte das fichas contém informações importantes e suficientes para o trabalho; o que não deve ser feito, contudo, é confiar-se apenas nas informações que estão contidas nas fichas das SREs.

Para superar, parcialmente, este problema, estamos procurando juntar às informações compiladas nas SREs outras que buscamos em arquivos diferentes, como os das próprias escolas e os acervos dos Arquivos Públicos Municipais. Mesmo assim os dados não podem ser absolutizados, mesmo por que não contemplam as escolas rurais e ainda existem muitas outras instituições de que temos “notícia” mas ainda não encontramos seus registros.

Apesar de havermos feito o levantamento até 1996, para orientar o andamento de nossa pesquisa, o presente estudo concentra-se nas instituições fundadas até e durante a década de 1950, desconsiderando as seguintes, por entendermos que a partir dos anos 1960, inclusive com a publicação da primeira LDB, o Brasil inicia uma nova fase na história de sua educação. Também no Triângulo Mineiro podemos observar, pelo movimento de fundação de escolas, as transformações sociais por que passa a região até esta data.

As Tabelas 1 e 2, por exemplo, trazem os dados sobre a fundação de escolas, públicas e privadas, na área de abrangência da 40ª Superintendência Regional de Ensino, que tem sede em Uberlândia e é composta por 8 cidades. É importante chamar a atenção para o fato de que esta distribuição não corresponde à que existia no final do século passado e início do atual, período

coberto por nossa análise. Uberlândia (então São Pedro de Uberabinha), por exemplo, fazia parte (na última década do século passado) da Circunscrição Escolar que tinha por sede a cidade de Uberaba. Araguari estava na Circunscrição Escolar de Paracatu, e assim por diante. Procuramos utilizar a distribuição atual por ser a que facilita a visualização e compreensão por parte do leitor, além de não prejudicar o entendimento do processo.

**Tabela 1. Fundação de Escolas Públicas nas cidades da 40ª SRE, por décadas.**

DÉCADAS							
CIDADES	1900	1910	1920	1930	1940	1950	TOTAL
Uberlândia	-	1	1	-	-	3	5
Centralina	-	-	-	-	-	-	-
Nova Ponte	-	-	-	-	-	-	-
Tupaciguara	-	-	-	-	-	1	1
Prata	-	-	-	-	-	-	-
Indianópolis	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre de Minas	-	-	-	-	-	-	-
Araguari	1	-	1	-	3	5	10
TOTAL	1	1	2	-	3	9	16

**Tabela 2. Fundação de Escolas Privadas nas cidades da 40ª SRE, por décadas.**

DÉCADAS						
CIDADES	1910	1920	1930	1940	1950	TOTAL
Uberlândia	1	1	2	-	2	6
Centralina	-	-	-	-	-	-
Nova Ponte	-	-	-	-	-	-
Tupaciguara	-	-	-	-	1	1
Prata	-	-	-	-	-	-
Indianópolis	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre de Minas	-	-	-	-	-	-
Araguari	1	2	-	1	-	4
TOTAL	2	3	2	1	3	11

Já as Tabelas 3 e 4, trazem estes mesmos dados, agora relativos às cidades que compõem a 39ª Superintendência Regional de Ensino, com sede em Uberaba. A Tabela 5 traz um consolidado destas quatro tabelas, resumindo o quadro geral da expansão do ensino na região do Triângulo Mineiro, da década de 1880 até a de 1950.

**Tabela 3. Fundação de Escolas Públicas nas cidades da 39ª SRE, por décadas.**

CIDADES	DÉCADAS					TOTAL
	1910	1920	1930	1940	1950	
Uberaba	-	1	-	5	3	9
Araxá	1	-	-	2	2	5
Campo Florido	-	-	-	1	-	1
Campos Altos	-	-	-	1	-	1
Carneirinhos	-	-	-	-	-	-
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-
Conceição das Alagoas	-	-	-	2	1	3
Conquista	1	-	-	-	-	1
Fronteira	-	-	-	-	-	-
Frutal	1	-	-	1	2	4
Itapagipe	-	-	-	1	2	3
Iturama	-	-	-	-	3	3
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	-
Planura	-	-	-	-	-	-
Pratinha	-	-	-	-	2	2
Pedrinópolis	-	-	-	-	-	-
Pirajuba	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	1	-	-	1	2
Santa Juliana	-	-	-	1	1	2
São Francisco Sales	-	-	-	1	-	1
Tapira	-	-	-	-	1	1
Verfssimo	-	-	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>39</b>

Pelas tabelas vemos que, no conjunto das cidades da região, pelo menos até os anos 1940, existe uma prevalência do ensino privado sobre o público. Além da escola particular chegar primeiro, ela tem caráter confessional: em 1885 foi fundado em Uberaba o Colégio Nossa Senhora das Dores, ligado à Congregação das Irmãs Dominicanas; a seguir, em 1903, é fundado também em Uberaba o Colégio Marista Diocesano, da Congregação dos Irmãos Maristas. Pelos nossos registros, a primeira escola pública da região, a Escola Estadual Raul Soares, surgirá em Araguari no ano de 1908. Já o ensino privado não confessional tem sua primeira escola, o Ginásio de Uberabinha, inaugurada em 1912 na cidade de Uberlândia.

**Tabela 4. Fundação de escolas privadas nas cidades da 39ª SRE, por décadas.**

CIDADES	DÉCADAS								TOTAL
	188	189	190	191	192	193	194	195	
Uberaba	1	-	1	-	1	-	-	3	6
Araxá	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Camoo Florido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos Altos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carneirinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição das Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conquista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frutal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapagipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iturama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pratinha	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pedrinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piraiuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Juliana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Francisco Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verfssimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	1	-	1	2	-	4	9

Percebe-se, portanto, que o ensino privado domina totalmente a região (primeiro com uma, depois com duas escolas) por 23 anos, de 1885 a 1908. Contudo, os números também demonstram que, mesmo após o início

da fundação de escolas públicas em 1908, o ensino público apenas conseguirá reverter o quadro na região a partir da década de 1940. Durante todo este longo período podemos inferir que a formação educacional da elite do Triângulo Mineiro e adjacências esteve, em sua maior parte, nas mãos de interesses particulares, notadamente religiosos. Deve ser ressaltado, inclusive, que este ensino é católico, pois não encontramos, ainda, registro de alguma escola ligada a outro credo religioso.

**Tabela 5. Total de Escolas Públicas e Privadas Fundadas nas regiões das 39ª e 40ª SREs, por décadas.**

DÉCADA S	39ª SRE			40ª SRE			TOTAL		TOTAL GERAL
	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	
1880	-	1	1	-	-	-	-	1	1
1890	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1900	-	1	1	1	-	1	1	1	2
1910	3	-	3	1	2	3	4	2	6
1920	2	1	3	2	3	5	4	4	8
1930	-	2	2	-	2	2	-	4	4
1940	16	-	16	3	1	4	19	1	20
1950	18	4	22	9	3	12	27	7	34
TOTAL	39	9	48	16	11	27	55	20	75

Os dados permitem perceber, ainda, que a escola pública “desperta” no Triângulo Mineiro nas décadas de 1910 e 1920 (com 4 escolas em cada uma), “hiberna” nos anos 30 e, só então, assume de forma decisiva os rumos da educação regional. Os motivos para este movimento oscilatório podem ser encontrados na análise da História política de Minas Gerais e na observação interna das reformas educacionais que se processam neste período, tanto a nível estadual quanto federal, que já foram referenciadas anteriormente. Um próximo passo poderá ser incorporar, também, os dados da política municipal, para dimensionar o peso político dos interesses locais.

As tabelas exprimem, por outro lado, a importância política das cidades que compõem a região, espelhando, inclusive, o difuso movimento de ascensão e estagnação ou decadência de diversos municípios. Uberlândia, por exemplo, só recentemente (a partir da década de 1960) assume a liderança econômica e demográfica da região. As cidades de maior peso no

passado, inclusive pelas “linhas” assumidas pelo processo de incorporação do interior brasileiro, foram Uberaba, Araxá e Araguari, esta última pela posição privilegiada que ocupou por longo tempo, como “ponta de trilhos” da Companhia Mogiana. Esta situação está expressa nos números. Ao final do período enfocado, Uberaba aparece com 9 escolas públicas e 6 privadas; Araguari com 10 públicas e 4 privadas; Uberlândia com 5 públicas e 6 privadas; e Araxá com 5 públicas e 2 privadas. O total de 47 escolas aí encontrado, ou cerca de 63%, indica que nestas três cidades se concentrou o grosso do movimento de abertura de escolas na região, tanto públicas quanto privadas.

Deve ser observado, também, que as tabelas exprimem um maior peso político das cidades jurisdicionadas à 39ª SRE, de Uberaba, pois podemos perceber que, a partir da década de 1940, quando o ensino de responsabilidade do Estado toma força, a abertura das escolas públicas pende bastante para o seu lado. Nos anos 1940, das 19 escolas públicas abertas na região, 16 o foram nas cidades da 39ª. Nos anos 1950 os números melhoram, mas a 39ª ainda responde por 18 das 27 novas escolas abertas, o dobro das escolas da 40ª. Como dissemos acima, um importante veio de pesquisa deverá ser futuramente a análise das relações políticas da região e sua imbricação com a política educacional do Estado de Minas Gerais.

Além do exposto, diversas outras ilações podem ser auferidas dos dados mas, por ora, situaremos apenas estas, que serão complementadas, também, pela descrição de parte do processo de abertura de algumas destas escolas, que apresentaremos abaixo.

### **Uberaba e Uberlândia: surgimento de algumas escolas**

Para enriquecer a compreensão do processo de implantação das escolas na região do Triângulo Mineiro, foram selecionadas quatro instituições que surgiram durante a Primeira República, sobre as quais apresentaremos um breve histórico a título de ilustração.

O Colégio Nossa Senhora das Dores, de Uberaba<sup>25</sup>, comemorou recentemente 111 anos de existência, tendo sido fundado em 26 de outubro de 1885, mesmo ano em que iniciou suas atividades, contando apenas com duas alunas em regime de internato, sob os cuidados das Irmãs Dominicanas, recém chegadas da França. Os princípios norteadores da educação ministrada no colégio podem ser apreendidos, por exemplo,

<sup>25</sup> Para informações mais detalhadas, cf. SILVA, Antonia Terezinha da et alii. O tempo e o saber na realidade de Uberaba.

através de matéria publicada no jornal local *Lavoura e Comércio*, em 1901, onde se lê: “Tem por fim este Collégio a formação de boas mães de família, e de criadas ou servas que possam vantajosamente substituir as escravas”.

Esta finalidade é justificada pelo fato do colégio atender não apenas a uma clientela de classe média e alta, mas também alunas órfãs e carentes, através da concessão de bolsas de estudo. Estas bolsistas, porém, além de estudar, deveriam prestar serviços domésticos às Irmãs. O currículo ministrado, com disciplinas como Caligrafia, Língua Portuguesa e Francesa, Polidez, Trabalhos Manuais, Piano e Pintura, vinha atender aos anseios da época com relação ao modelo ideal de mulher.

Somente em 1973 é que as Irmãs resolveram abrir vagas para alunos do sexo masculino, tornando, assim, o ensino misto. Atualmente, o Colégio continua sob a direção das Irmãs Dominicanas, que organizaram um museu com inúmeras relíquias preservadas ao longo dos tempos, como esculturas e estatuetas, álbuns de fotografias (desde 1908), gramofone, telefone, máquina de costura, mobiliário em geral, uniformes de diversas épocas, dentre outras.

Também em Uberaba, o Colégio Marista Diocesano<sup>26</sup> começa a funcionar no ano de 1903, dirigido pelos Irmãos Maristas e propondo o desenvolvimento de uma “educação integral para a formação de bons cristãos e virtuosos cidadãos”. Até 1969 o colégio contava apenas com alunos do sexo masculino que, em sua grande maioria, vinham das cidades vizinhas e de fazendas da região, sendo que o colégio funcionava em regime de internato e externato. Geralmente os alunos faziam parte de classes sociais mais elevadas, por se tratar de um colégio particular de elite. A partir do ano de 1970 o colégio abre suas portas às alunas, tornando-se uma escola mista.

Este colégio também é rico em documentos, que estão bem conservados, sendo muitos do início do século: peças de laboratórios de Física e Química importadas da França na década de 1910, álbuns de fotografias de ex-alunos e formandos de várias décadas, onde podem ser identificadas diversas personalidades ilustres da História política local e regional. Uma informação pitoresca indica que a primeira partida de futebol realizada na cidade de Uberaba aconteceu neste colégio, por volta de 1910, com uma bola importada da França.

Em 1912 na cidade de Uberlândia (então São Pedro de Uberabinha) começou a funcionar o Ginásio de Uberabinha<sup>27</sup>, uma instituição particular

<sup>26</sup> Ibidem, p. 6-7.

<sup>27</sup> Para informações mais detalhadas, cf. GATTI, Giseli C. do Vale e MENDES, Viviane S. Reconstruindo a memória educacional uberlandense: a Escola Estadual de Uberlândia.

sob a direção do Sr. Antônio Luiz da Silveira. Funcionando inicialmente em espaço pouco adequado surge, logo a seguir, a idéia de construção de um prédio sólido, capaz de abrigar milhares de estudantes durante várias gerações. Diversas personalidades da cidade juntam-se e formam uma associação que determinou a construção da obra, iniciada em 1918 e concluída em 1921. Este prédio encontra-se preservado até hoje e continua como sede da escola. De 1921 a 1929 o Ginásio funcionou como instituição privada, no sistema de internato e externato.

A escola possuía em 1921, cinco salas de aula, um teatro, uma biblioteca, uma sala de projeções, uma sala de dissecações, um museu de história natural e um laboratório com capacidade para vinte alunos.

Em 1929, por intercessão do Senador Camilo Chaves, junto ao Presidente do Estado, deu-se a criação de um Ginásio Oficial em Uberabinha, que deveria abrigar também uma Escola Normal. Em vista dessa situação, a associação que foi responsável pela construção do Ginásio fez a doação do prédio e do terreno ao Estado, sem ônus para o governo, permitindo a imediata instalação, em 1930, do Ginásio Mineiro de Uberabinha, agora uma instituição pública, permanecendo nesta condição até os dias atuais.

Também em Uberlândia, em 1924, é fundada a Associação Brasil Central de Educação e Cultura (ABRACEC)<sup>28</sup>, uma instituição particular que funcionou por 65 anos, tendo sido extinta no ano de 1989. Através de sua documentação é possível a recuperação de aspectos interessantes da população e do projeto educacional. Os livros de matrícula permitem, por exemplo, identificar a cidade de origem dos alunos, quando se percebe que grande parte dos mesmos provinha de cidades da região (de outros Estados, inclusive) e não apenas de Uberlândia: Tupaciguara, Juiz de Fora, Petrolina, Mariana, Muzambinho, Aragarças, Cassú, etc.

Os registros também permitem constatar a profissão dos pais dos alunos e, conseqüentemente, compreender o universo social abrangido pela escola, trazendo algumas nomenclaturas interessantes, algumas em desuso: boiadeiro, negociante, capitalista, capangueiro, agenciador, calceteiro, corretário, criador de gado, comissário, oficial, etc. Os dados do quadro docente permitem a recuperação não apenas do currículo utilizado pela escola como também o conjunto de todos os professores, tornando possível a elaboração de monografias específicas sobre a trajetória da escola.

<sup>28</sup>Para informações mais detalhadas, cf. OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. A (Re)construção da história do ensino em Uberlândia: Associação Brasil Central (ABRACEC).

## Considerações Finais

Ao final deste trabalho, podemos afirmar que o estudo da História da Educação brasileira tem sido redimensionado e poderá ser melhor executado dentro de um curto espaço de tempo, principalmente em virtude do volume e da qualidade das pesquisas que se tem feito ultimamente, notadamente com a utilização de fontes primárias.

Outra observação refere-se ao caráter regional que vem tomando este tipo de trabalho, valorizando a documentação e os estudos monográficos, que permitirão maiores saltos na análise nacional e a integração e comparação de estudos, bem como o trabalho multidisciplinar entre as diversas equipes.

A análise específica do movimento de criação de escolas na região do Triângulo Mineiro demonstra um predomínio do ensino privado, principalmente de orientação religiosa, desde a origem das primeiras escolas no final do século passado até a década de 1940, demonstrando um certo descaso do Estado com relação aos assuntos educacionais, que só merecerão melhor atenção (pelos dados apresentados) a partir deste período.

Outra questão que merece lembrança é a necessidade do estudo das relações políticas locais e das articulações das elites regionais em torno da defesa de seus interesses, como o caso da abertura de escolas, que se concentram nas principais cidades do Triângulo Mineiro, Uberaba, Araguari, Uberlândia e Araxá.

Deve ser lembrada, também, a precariedade dos dados encontrados nas Superintendências Regionais de Ensino, que significam falta de preparo e preocupação com a atividade arquivística e com a própria informação, fundamental não apenas para os estudos historiográficos como também para o planejamento educacional. Este problema, com as devidas exceções, estendem-se à forma de armazenamento, encontrando-se diversos acervos apodrecendo em caixas velhas no interior de salas e porões úmidos.

Sendo assim, podemos afirmar que a realização de inquirições dessa natureza não são tarefa para poucas pessoas, mas sim para grupos de pesquisa integrados em torno de investigações de médio a longo prazo. Nesse sentido, esperamos que as reflexões aqui apresentadas, calcadas em nossa experiência investigativa, sejam úteis a todos que se lancem, como nós, a tão difícil empreitada.

## Referências bibliográficas

- ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. Ibitinga, Humanidades, 1993.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 4 ed (revista e ampliada). Brasília, Editora da UnB, 1963.
- BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **Scholla Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)**. São Carlos, UFSCar, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Industrialização e educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971**. São Carlos, UFSCar, 1996 (mimeo).
- CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 1983.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GATTI, Giseli C. do Vale & MENDES, Viviane S. Reconstruindo a memória educacional uberlandense: a Escola Estadual de Uberlândia. **Boletim CDHIS** (Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, MG, 9(17):4-5, jul-dez 1996.
- HOBBSBAWN, Eric J. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In BLACKBURN, Robin. **Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 244-261.
- LOURENÇO FILHO. A educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 65(150):369-383, maio-ago. 1984.
- MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo**. Universidade do Minho (mimeo).
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 65(150):407-425, maio-ago. 1984.
- MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. **Conferências sobre instrução pública e educação nacional**. Rio de Janeiro. Dias da Silva Júnior Typographo-Editor, 1878.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.

- \_\_\_\_\_. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. A (Re)construção da história do ensino em Uberlândia: Associação Brasil Central (ABRACEC). **Boletim CDHIS** (Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, MG, 9(17):5-6, jul-dez 1996.
- PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil, anos vinte.** São Paulo, Loyola, 1983.
- ROMERO, Sylvio. **Ensaio de Sociologia e Literatura.** Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901.
- SILVA, Antonia Terezinha da et alii. O tempo e o saber na realidade de Uberaba. **Boletim CDHIS** (Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, 9(17):6-7, jul-dez 1996.
- VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** 3 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.